

RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.804 - RS (2019/0122109-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RECORRIDO : CHARLES DO NASCIMENTO PAREDI

ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele Estado** no Recurso em Sentido Estrito n. 0268831-82.2018.8.21.7000.

Em suas razões, o recorrente aponta violação do art. 121, parágrafo 2º, III e IV, c/c os arts. 14, II, 18, I, todos do Código Penal. Para tanto, argumenta que "ao contrário do afirmado no acórdão recorrido, a figura tentada é perfeitamente compatível com o dolo eventual, de forma que a coexistência de ambas em nada obsta a pronúncia pelos crimes dolosos contra a vida descritos na peça inaugural, impondo-se a desconstituição do julgado quanto ao ponto" (fl. 255).

Requer o provimento do apelo a fim de restabelecer a decisão que pronunciou o recorrido.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 533-539) e admitido o especial na origem (fls. 541-545), o Ministério Público Federal opinou pelo seu provimento (fls. 558/561).

Decido.

O recurso especial é tempestivo, **mas não preencheu os demais requisitos constitucionais, legais e regimentais para seu processamento, pois, incide na hipótese a Súmula n. 283 do STF, como se verá a seguir.**

Superior Tribunal de Justiça

Infere-se dos autos que o recorrido foi denunciado como incurso nos arts. 121, § 2º, III e IV, c/c os arts. 14, II, e 18, I, segunda parte, todos do Código Penal, bem como nas penas do art. 306, *caput*, da Lei Federal 9.503/1997 (fls. 1-7).

Encerrada a fase do *iudicium accusationis*, o Magistrado de 1º grau pronunciou o réu nas penas do arts. 121, § 2º, III e IV, combinado com os arts. 14, II, e 18, I, segunda parte, todos do Código Penal, mas o absolveu da acusação de embriaguez ao volante, com base no art. 415, III, do CPP, por este delito não se configurar autonomamente na hipótese dos autos (fls. 395-403).

Inconformada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal estadual, por maioria, deu provimento ao recurso.

Embora a ementa do julgado faça menção apenas a incompatibilidade da coexistência da tentativa com o dolo eventual – tese contrária à firme jurisprudência desta Corte – observo pela leitura do inteiro teor do julgado que, **por maioria, o réu foi despronunciado por argumentos distintos.**

Enquanto Desembargador Luiz Mello Guimarães despronunciou o réu pela incompatibilidade do dolo eventual com o instituto da tentativa, o Desembargador Victor Luiz Barcellos Lima considerou que o fato descrito na denúncia revela crime culposos e não doloso, posto que os elementos fáticos colacionados, dizem respeito à culpa *stricto sensu*: alta velocidade e ingestão de bebida alcoólica.

Dessa forma, considerando que o recorrente não opôs embargos de declaração e nem mesmo impugnou neste apelo raro os fundamentos do Desembargador Victor Luiz Barcellos Lima – de que a alta velocidade e a ingestão de bebida alcoólica, por si sós, não são elementos configuradores do dolo eventual – incide, portanto, o óbice da **Súmula n. 283 do STF**, pois **o insurgente deixou de impugnar fundamento relevante do acórdão recorrido, suficiente, por si só, para manter o resultado do julgamento.**

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço do recurso especial.**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

